

**CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO SUL DO BRASIL :  
EVIDÊNCIAS A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017****CHARACTERISTICS OF ORGANIC AGRICULTURE IN SOUTHERN BRAZIL :  
EVIDENCE FROM THE 2017 AGRICULTURAL CENSUS****CARACTERÍSTICAS DE LA AGRICULTURA ORGÁNICA EN EL SUR DE  
BRASIL: EVIDENCIA DEL CENSO AGRÍCOLA 2017**Andréia Vigolo Lourenço<sup>1</sup>  
Sergio Schneider<sup>2</sup>**RESUMO**

A relevância deste estudo apoia-se no fato que são crescentes as evidências de que a produção e o consumo de orgânicos estão em expansão no Brasil e no mundo. No território nacional, a Região Sul ganha destaque, apresentando um forte protagonismo histórico no contexto da agricultura orgânica e da agroecologia. Diante disso, o objetivo do artigo é traçar o perfil da agricultura orgânica no Brasil a partir do contexto da Região Sul, delineando um perfil tanto dos estabelecimentos quanto dos produtores que praticam agricultura orgânica. Para tanto, foi realizada uma sistematização e análise de dados do Censo Agropecuário 2017 referente aos estabelecimentos que fazem uso da agricultura orgânica por meio do Software Microsoft Excel, buscando interpretá-los à luz da literatura que discute a realidade tanto da agricultura orgânica quanto da agroecologia. Foi realizada também uma breve caracterização das bases históricas de conformação da agroecologia e produção orgânica no Sul do Brasil, destacando a relevância de organizações de âmbito local tanto para a Região quanto para o país na atualidade. Conclui-se que prevalecem os estabelecimentos sob gestão familiar, em áreas entre 5 e menos de 20 ha, gerida por homens, geralmente entre 35 e menos de 75 anos. Ademais, a maioria dos produtores orgânicos que administra o estabelecimento agropecuário não é associado a nenhuma entidade de classe e não têm nenhum tipo de acesso à Assistência Técnica. Aponta-se, por fim, a necessidade de manutenção dessa forma de produção nos próximos Censos, considerando inclusive a importância de ampliação dos aspectos a serem apurados, bem como refinamentos metodológicos que permitam comparações históricas entre recenseamentos consecutivos.

**Palavras-chave:** Agricultura de base ecológica. Agroecologia. Sistemas orgânicos de produção. IBGE.

**ABSTRACT**

The relevance of this study is based on the fact that there is growing evidence that the production and consumption of organics are expanding in Brazil and worldwide. In the national territory,

<sup>1</sup>Doutora em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: [andreia.vigolo@gmail.com](mailto:andreia.vigolo@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6465-6752>

<sup>2</sup>Doutor em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: [schneide@ufrgs.br](mailto:schneide@ufrgs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4353-6732>

the South Region gains enormous prominence, considering that it corresponds to the Region with the largest number of organic registers. Therefore, the purpose of this article is to outline the profile of organic agriculture in Brazil from the Southern Region context, outlining a profile of both the establishments and the producers who practice organic agriculture. To this end, a systematization and analysis of data from the Agricultural Census 2017 referring to establishments that make use of organic agriculture was carried out using Microsoft Excel Software, seeking to interpret them in light of the literature that discusses the reality of both organic agriculture and agroecology. A brief characterization of the historical basis of the conformation of agroecology and organic production in Southern Brazil was also carried out, highlighting the relevance of local organizations for both the Region and the country today. It is concluded that establishments under family management prevail, in areas between 5 and less than 20 hectares. Most of these establishments are managed by men, usually between 35 and less than 75 years old. Moreover, most of the organic producers that manage the farm are not associated with any class entity and do not have any access to Technical Assistance. Finally, we point out the need to maintain this form of production in future Censuses, considering the importance of expanding the aspects to be determined, as well as methodological refinements that allow historical comparisons between consecutive censuses.

**Keywords:** Ecologically based agriculture. Agroecology. Organic production systems. IBGE.

## RESUMEN

La relevancia de este estudio se basa en el hecho de que cada vez hay más pruebas de que la producción y el consumo de productos orgánicos se están expandiendo en Brasil y en todo el mundo. En el territorio nacional, la Región Sur adquiere un enorme protagonismo, teniendo en cuenta que corresponde a la Región con mayor número de registros orgánicos. Por lo tanto, el propósito de este artículo es esbozar el perfil de la agricultura orgánica en Brasil desde el contexto de la Región Sur, esbozando un perfil tanto de los establecimientos como de los productores que practican la agricultura orgánica. Para ello, se realizó una sistematización y análisis de los datos del Censo Agropecuario 2017 sobre los establecimientos que hacen uso de la agricultura orgánica utilizando el software Microsoft Excel, buscando interpretarlos a la luz de la literatura que discute la realidad tanto de la agricultura orgánica como de la agroecología. También se realizó una breve caracterización de las bases históricas de la conformación de la agroecología y la producción orgánica en el sur de Brasil, destacando la relevancia de las organizaciones locales tanto para la Región como para el país en la actualidad. Se concluye que prevalecen los establecimientos bajo gestión familiar, en superficies entre 5 y menos de 20 ha. La mayoría de estos establecimientos están dirigidos por hombres, generalmente de entre 35 y menos de 75 años. Además, la mayoría de los productores ecológicos que gestionan el establecimiento agrícola no están asociados a ninguna asociación comercial y no tienen acceso a la asistencia técnica. Finalmente, señalamos la necesidad de mantener esta forma de producción en futuros Censos, considerando también la importancia de ampliar los aspectos a constatar, así como los refinamientos metodológicos que permitan la comparación histórica entre censos consecutivos.

**Palavras clave:** Agricultura de base ecológica. Agroecología. Sistemas de producción ecológica. IBGE.

**Como citar este artigo:** LOURENÇO, Andréia Vigolo; SCHNEIDER, Sergio. Características da agricultura orgânica no Sul do Brasil : evidências a partir do censo agropecuário 2017. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 165-190, 11 fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.Esp.Dossie.3926>

**Artigo recebido em:** 01/09/2021

**Artigo aprovado em:** 15/12/2021

**Artigo publicado em:** 11/02/2022

## 1 INTRODUÇÃO

São crescentes as evidências de que a produção e o consumo de orgânicos estão em expansão no Brasil e no mundo. Nesse cenário, de acordo com o Relatório Anual da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), o Brasil desponta como o 12º país com as maiores áreas de produção orgânica, além de se destacar na apicultura, sendo considerado o 1º do ranking em número de colmeias orgânicas. Em termos de produção, estima-se que a área total atual do país destinada à produção orgânica seja de 1.283.054 hectares (incluindo aquelas em conversão). Só nos últimos dez anos o aumento delas foi de 37,6%, garantindo a 9ª posição mundial entre os países com maior incremento (IFOAM; FIBL, 2021).

Já pelo lado da demanda, o Brasil desponta como o maior mercado de orgânicos da América Latina (IFOAM; FIBL, 2021). Nesse sentido, os dados referentes ao consumo de orgânicos evidenciam um expressivo crescimento nos últimos anos. A Associação de Promoção dos Orgânicos aponta que o mercado de orgânicos quadruplicou suas vendas entre 2003 e 2017. A movimentação total no ano de 2020 foi de cerca de R\$ 5,8 bilhões, evidenciando um incremento de 30% em relação ao ano anterior no mercado de orgânicos. (ORGANIS, 2021). Nesse sentido, considerando que a regulamentação da agricultura orgânica existe no país desde 2007, ainda que sejam necessários avanços em termos mais amplos desse processo, aponta-se para uma tendência cada vez maior tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda (VILELA et al., 2019).

Diante desse contexto, emerge a necessidade de compreender em profundidade esses sistemas de produção. Quem são os agricultores que compõem a agricultura orgânica e quais as suas características socioeconômicas? Quais são as características desses sistemas de produção? É considerando a importância de responder a essas questões que Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem realizando um esforço, desde o Censo Agropecuário 2006, em incluir as características dos estabelecimentos que praticam a agricultura orgânica. Hoje ele corresponde à principal e mais completa investigação estatística - por meio de recenseamento - a respeito da realidade agrícola e agrária do Brasil, incluindo a agricultura orgânica (IBGE, 2019).

O presente trabalho pretende contribuir para a compreensão dessa realidade, tendo como base de dados o Censo Agropecuário 2017. Portanto, tem como objetivo central traçar o perfil da agricultura orgânica no Brasil a partir do contexto da Região Sul, delineando um perfil tanto dos estabelecimentos quanto dos produtores que praticam agricultura orgânica. Esse recorte específico apoia-se na expressividade da Região Sul dentro da trajetória de construção do movimento agroecológico e da agricultura orgânica no Brasil (MONTEIRO; LONDRES, 2017), conforme será discutido neste artigo. Para isso, a metodologia de trabalho consistiu em

duas frentes metodológicas de pesquisa. Inicialmente foi realizada uma revisão de literatura acerca da trajetória e antecedentes históricos da agricultura orgânica na Região Sul. Posteriormente, mas não menos importante, foi realizada uma análise dos resultados definitivos referentes ao Censo Agropecuário de 2017, disponibilizados pelo IBGE por meio da Plataforma *Online* em bancos de dados no Sistema de Recuperação Automática (SIDRA). A investigação das informações contemplou todas as tabelas que disponibilizavam dados a respeito do “uso de agricultura orgânica” no âmbito das características dos estabelecimentos agropecuários. As variáveis foram então baixadas e organizadas em planilhas individuais e posteriormente sistematizadas por meio de tabelas no Software Microsoft Excel.

Os dados do Censo Agropecuário 2017, entretanto, não foram comparados com aqueles sistematizados no Censo 2006 (LOURENÇO; SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017), tendo em vista que houve alterações metodológicas significativas no recenseamento de 2017 (IBGE, 2019), inviabilizando a conformação de uma série histórica. Essa mesma percepção é compartilhada por Lima e colaboradores (2020), que argumentam que as alterações nas variáveis impedem uma comparação segura entre os dois Censos. Podem ser citadas aqui ao menos três alterações significativas que modificaram a quantificação dos estabelecimentos agropecuários com agricultura orgânica e que dão base para tal argumentação. A quantificação desses estabelecimentos ocorreu a partir da resposta negativa a respeito do uso de agrotóxicos e/ou adubação química e somente com produtores que foram enquadrados nas seguintes categorias: produtores com área (nas categorias Proprietário de terras próprias; Assentado sem titulação definitiva; Arrendatário; Parceiro; Comodatário; Ocupante) e produtores sem área (apenas nas categorias “produtor que produziu no período de referência em terras arrendadas, em parceria ou ocupadas, mas que na data de referência não estava com o uso da mesma” e “outra situação”). Em contrapartida, os produtores sem área nas categorias: 1) produtor de mel, 2) extrativista (babaçu, castanha do Brasil seringueiro, entre outros), 3) criador de animais em beira de estrada e 4) produtor em vazantes de rios, roças itinerantes, beiras de estradas e que na data de referência não ocupava a área não foram contabilizados na análise<sup>3</sup>. Vale ressaltar também que o conceito de agricultura orgânica adotado para a coleta de dados do Censo 2017 baseou-se na definição estabelecida na Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, ao contrário do Censo anterior (IBGE, 2019). Em termos de metodologia de identificação do sistema de produção por parte do recenseador do IBGE considerou-se, portanto, que:

A agricultura é considerada orgânica mediante avaliação de instituição certificadora, salvo os casos de certificação facultativa, previstos na Lei nº 10.831, art. 3º, § 1º, que assegura aos agricultores e familiares previamente cadastrados junto a órgãos fiscalizadores dessa atividade, a condição de produtores agropecuários orgânicos. [...] Não considere como agricultura orgânica o sistema de produção em que o produtor apesar de não usar adubos químicos e agrotóxicos, não tem interesse ou desconhece as técnicas específicas exigidas pelas instituições certificadoras de produtos orgânicos (IBGE, 2017, p. 71).

O texto está estruturado em cinco partes, além desta Introdução. Inicia-se com uma breve caracterização das bases históricas de conformação da agroecologia e produção orgânica no Sul do Brasil, destacando a relevância de organizações de âmbito local tanto para a Região quanto para o país na atualidade. Em seguida são apresentados, em duas seções, os dados sistematizados do Censo Agropecuário 2017, buscando interpretá-los à luz da literatura que discute a realidade tanto da agricultura orgânica quanto da agroecologia. Dessa forma, é discutida a variação geográfica da agricultura orgânica na Região, seguida pelo perfil

---

<sup>3</sup> Fonte: contato via e-mail com técnica do IBGE.

socioeconômico dos produtores que fazem uso da agricultura orgânica. Por fim, nas considerações finais realiza-se uma síntese dos resultados, buscando construir um retrato geral sobre o perfil da agricultura orgânica na Região Sul do Brasil, bem como reflexões acerca dos dados e dessa realidade.

## **2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO BRASIL E A EXPRESSIVIDADE DA REGIÃO SUL NESSE PROCESSO**

As circunstâncias que antecedem o que se denomina hoje de agricultura orgânica se constituem como um universo social extremamente heterogêneo e disperso sob o ponto de vista territorial (SCHMITT, 2003), o que significa que não nos permite traçar uma única trajetória possível desse processo. Ainda assim, é possível afirmar que ele aponta historicamente para as décadas de 1970 e 1980, em um contexto de mobilizações por direitos sociais e pela democratização do país (PICOLOTTO, 2011; MONTEIRO; LONDRES, 2017). Historicamente esse processo foi precedido pelo que Delgado (2012) denomina de modernização conservadora da agricultura brasileira, que ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980. O aumento da concentração de terras, a exclusão das representações sociais do processo de modernização e o agravamento da desigualdade (DELGADO, 2012) foram alguns dos efeitos desse processo, tornando-se o pano de fundo para a emergência de diversos movimentos sociais no campo (BRANDENBURG, 2002; ALMEIDA, 2009; PICOLOTTO, 2011; MARQUES; OLIVEIRA, 2015).

No sentido de buscar alternativas ao contexto vigente, surgiram diversas iniciativas (inicialmente localizadas) que buscavam caminhos alternativos aos efeitos colaterais desse processo: fossem elas por meio de tecnologias alternativas (SCHMITT, 2013; PEREZ-CASSARINO; MEIRELLES, 2018), da diversificação produtiva ou da transição para sistemas de produção de base ecológica (PICOLOTTO, 2011). É nessa conjuntura que começaram a ser formadas as bases sociorganizativas do que se denominava genericamente de agricultura alternativa; um movimento socialmente diverso, mas com algumas pautas em comum. Havia, nesse contexto, diversos grupos propulsores desse movimento. Em muitos casos eles foram amparados fortemente pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (FIGUEIREDO, 2007; ALMEIDA, 2009; MARQUES; OLIVEIRA, 2015); em outros, articulados junto a algumas organizações de representação como os Sindicatos (FIGUEIREDO, 2007; PICOLOTTO, 2011). Vale ressaltar o papel relevante das CEBs na conformação da agricultura alternativa, em função da sua ampla capilaridade nas comunidades rurais. Tanto a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, quanto o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), vinculado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) tiveram papel essencial não só na organização de ações em nível local (ALMEIDA, 2009), mas também no resgate (PICOLOTTO, 2011), construção de novos conhecimentos, práticas e soluções tecnológicas e organizativas (MARQUES; OLIVEIRA, 2015; LOURENÇO, 2020).

Cabe destacar também o papel que diversos profissionais (particularmente das ciências agrárias) assumiram em relação aos impactos do Pacote da Revolução Verde e da Modernização da Agricultura, por vezes concatenada com os movimentos ambientalistas da época (MONTEIRO; LONDRES, 2017). É possível apontar como um dos marcos históricos dessa trajetória a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) em 1971, considerada a primeira Associação Ecologista da América Latina, tendo o Engenheiro

Agrônomo José Lutzenberger à frente da Organização (VIOLA, 1987). Seu livro, publicado em 1976, trazia críticas ao modelo de modernização vigente e alternativamente propunha uma agricultura de bases mais ecológicas, principalmente em termos de uso dos agrotóxicos. Nesse debate, outros pioneiros da agricultura alternativa na Região Sul se destacaram, como o professor Luis Carlos Pinheiro Machado (que trabalhava dentro do enfoque do Método Voisin de manejo de pastagens) e o agrônomo Sebastião Pinheiro, que em 1985 publicou o livro “Agropecuária sem veneno”, juntamente com Ângela Aurvalle e Maria José Guazzeli. Nessa época, Pinheiro chegou a denunciar diversos casos de contaminação com agrotóxicos no Brasil, incluindo o caso do uso de desfolhante no Reservatório Tucuruí, no Pará (LUZZI, 2007). No âmbito desses questionamentos, gerou-se uma intensa mobilização no Estado do Rio Grande do Sul em torno do tema da necessidade de regulamentação do uso de agrotóxicos, que culminou com a aprovação da Lei Estadual nº 7.747/82. O Estado é considerado pioneiro na aprovação de uma normativa regulando a venda e uso de agrotóxicos, que acabou inclusive servindo de substrato para a criação de Leis semelhantes em outros estados e, mais tarde, da Lei Federal 7.802/89 (LUZZI, 2007; SCHMITT, 2003).

Há dois espaços relevantes de debate em torno da agricultura alternativa (MOURA, 2017) que cabem ser destacados aqui. Os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBBAs) representaram os primeiros esforços em termos de se constituir uma frente ampla de construção da agricultura alternativa no país. O I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBBA) aconteceu em Curitiba (PR), no ano de 1981 e no qual os palestrantes eram integrantes do movimento de agricultura alternativa (dentre eles Luiz Carlos Pinheiro Machado e José Lutzenberger). Pode-se dizer que esse Encontro materializou um esforço de constituição nacional da agricultura alternativa a partir de diversas iniciativas locais, agregando não só agricultores, mas também estudantes, pesquisadores, representantes de diferentes movimentos sociais, organizações, além de extensionistas de Empresas Estaduais Extensão Rural (MONTEIRO; LONDRES, 2017). Um dos desdobramentos a partir dele e que merece ser citado aqui é a organização do I Curso de Agricultura Biológica no Brasil, realizado em Porto Alegre no mesmo ano (LUZZI, 2007). Ele tem enorme relevância no âmbito do movimento de agricultura alternativa, uma vez que desencadeou diversos outros cursos, além de ampliar o envolvimento de zootecnistas, agrônomos, veterinários, biólogos e técnicos (MELO, 1993 *apud* DIAS, 2004).

Ao todo ocorreram quatro EBBAs, sendo a partir deles que muitas iniciativas locais também se fortalecem, uma vez que abria condições para novas articulações. O mesmo destaque deve ser dado ao “Projeto Tecnologias Alternativas” (PTA), um “anexo” institucional da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), criado em 1983. Surgiu enraizado em contextos e capacidades produtivas e organizativas locais, mas com a intenção de identificar soluções alternativas em escala nacional (WEID, 2013). Mais tarde, o PTA não só passou a se articular em rede, através da Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas (Rede PTA)<sup>4</sup> em 1988, mas as próprias equipes deram origem a diversas organizações autônomas em nível local, além de apoiar outras já existentes (SCHMITT, 2013). Mais tarde a Rede PTA se desvinculou da FASE, sendo então fundada a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura

---

<sup>4</sup>A Rede PTA (mais tarde AS-PTA) é ressaltada aqui pelo seu papel central e estratégico na trajetória da incorporação e divulgação da abordagem agroecológica no Brasil em diversas escalas. Uma das inovações desse processo era a incorporação a noção de rede como “ferramenta organizativa, no esforço de articular as experiências agroecológicas para além de seu contexto local” (SCHMITT *et al.*, 2020). Todavia, a Rede atuava apenas em três regiões: Sul, Sudeste e Nordeste; sendo que há poucos registros da trajetória desses movimentos no Norte e Centro Oeste.

Alternativa (AS-PTA) em 1990, mas sua atuação continuou sendo em Rede e de forma centralizada. Nesse contexto é constituída a Rede Tecnologias Alternativas-Sul (TA-SUL), agregando Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuavam em frentes de pesquisa, assessoria, formação e divulgação de tecnologias para a agricultura, mas também para o fortalecimento das instituições vinculadas (FINATTO, 2019).

Entre o fim da década de 1980 e início dos anos 1990 o conceito de agroecologia passou a ser percebido como algo mais abrangente a partir da ideia de agricultura alternativa, sendo sua terminologia introduzida no Brasil de forma mais ampla. Admite-se que o marco principal desse processo é “fruto de contatos estabelecidos entre a Coordenação do PTA/FASE com representantes de outras experiências de agricultura alternativa na América Latina” (LUZZI, 2007, p. 62). O resultado dessa aproximação é a criação do Consórcio Latinoamericano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES), no qual o engenheiro agrônomo chileno Miguel Altieri era integrante, sendo um dos pioneiros na popularização do termo no país. A publicação do livro “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa”, em 1989, é o marco dessa divulgação (LUZZI, 2007; MONTEIRO; LONDRES, 2017).

A partir desse cenário, houve dois movimentos centrais e estratégicos no âmbito da Rede PTA e que tiveram desdobramentos em diversas instâncias no país. Por um lado, houve uma remobilização conceitual da ideia de tecnologias alternativas para uma abordagem agroecológica. Por outro lado, foi feita também uma reestruturação metodológica de trabalho, na qual se passou de processos difusionistas de tecnologias alternativas para processos embasados em metodologias participativas que valorizavam os conhecimentos já existentes dos agricultores e das comunidades, voltando suas ações para programas de desenvolvimento local que considerassem essa heterogeneidade e complexidade (LUZZI, 2007). Essas alterações permitiram não só uma compreensão aprofundada e crítica do rural brasileiro em diversas regiões, mas abriram espaços para uma construção participativa de estratégias de ação local. Portanto, em certa medida ela está vinculada aos adensamentos de iniciativas locais de experimentação em torno das tecnologias alternativas e da agroecologia na década de 1990. Principalmente a partir de processos de intercâmbios entre agricultores estimulados pelas redes de inovação agroecológica (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

A discussão sobre a ampliação dessa rede é pauta forte no final de década de 1990, quando começa a se discutir a ampliação não só do escopo de atuação, mas dos próprios atores envolvidos. Cabe destacar, nesse processo, a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) em 2001 e que culminou na organização da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Surgiram, nesse contexto, novas iniciativas em escalas mais amplas, como no caso da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), articulada a partir de 1990 (ASA, 2021). Cabe destacar também que, diante de um crescimento da demanda por esses produtos, mas também do número de agricultores envolvidos nessas redes, passou-se a consolidar diversos pontos de comercialização, particularmente nos grandes centros. Admite-se que as duas pioneiras nesse processo foram a Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE), fundada em 1989 em Porto Alegre, e a feira de Produtos Orgânicos, inaugurada em São Paulo em 1990 (MONTEIRO; LONDRES, 2017; FAE, 2021; AAO, 2021).

Nessa época, na Região Sul, diversas ONGs já atuavam no campo agroecológico, muitas delas integrando a TA-SUL. Vale destacar aqui entidades como a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), criada já em 1966 em Francisco Beltrão/PR, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), criado em 1978 em Erechim/RS

(posteriormente alternando seu nome para Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia), bem como o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), criado em 1990 em Florianópolis/SC (FINATTO, 2019). Posteriormente a 1990 surgiram outras entidades de atuação relevante na Região Sul. O Centro de Agricultura Ecológica de Ipê (CAE-Ipê), criado em 1991, e que mais tarde alteraria sua denominação para Centro Ecológico (SCHMITT, 2003). Também no RS a Ação Nascente Maquiné (ANAMA) foi fundada em 1997 com a intenção de atuar em nível local para a promoção de estratégias de desenvolvimento contextualizadas no Bioma Mata Atlântica, particularmente no escopo da Agroecologia (ANAMA, 2021).

Paralelamente a esse movimento, já era identificado nessa época um crescimento da demanda por produtos orgânicos em escala global. O mercado internacional de orgânicos vinha ganhando relevância, o que desencadeou no Brasil o início de processos visando à normatização desses produtos. Particularmente na Região Sul, onde havia diversas iniciativas de comercialização (inclusive para outros Estados e regiões) havia uma forte pressão institucional, no sentido de normatizar esses processos (PEREZ-CASSARINO, 2012). É diante desse contexto mais amplo que a produção orgânica entrou na pauta das políticas públicas em 1995, quando foi criado o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPO), o marco regulatório do início das políticas públicas para esses Sistemas de Produção (LUZZI, 2007). Em seguida ocorre a publicação da Instrução Normativa do MAPA nº 07/1999, a qual dispunha sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Apesar dos sistemas ecológicos, agroecológicos e biodinâmicos de produção (entre outros) integrarem o conceito de agricultura orgânica<sup>5</sup> no corpo da Lei, ela preconizava como processo de validação aquele que ocorria apenas via Instituições Certificadoras (BRASIL, 1999).

A esse processo gerou-se uma forte reação dos movimentos agroecológicos, uma vez que todos os procedimentos de certificação eram baseados em normas internacionais como da Federação Internacional de Movimentos em Agricultura Orgânica (IFOAM) e da União Europeia, contextualizados em processos produtivos empresariais. Por consequência, isso excluiria do processo um grande número de pequenos agricultores que tinham seus sistemas de produção baseados em uma diversidade de produtos e que eram comercializados de forma direta em feiras e mercados locais. Diante disso, os movimentos passaram a pautar, no âmbito da CNPO, que a legislação nacional deveria ser ajustada ao contexto brasileiro, o que demandava a criação de normativas específicas para o mercado nacional. A credibilidade deveria ser também gerada a partir de um sistema solidário, no qual os próprios agricultores e suas organizações, amparados por estruturas institucionais, pudessem garantir a procedência dos alimentos e produtos (LUZZI, 2007).

Nesse enfrentamento, algumas iniciativas isoladas vinham surgindo na Região Sul, de forma a buscar alternativas ao processo de certificação por meio de auditoria, conforme definido pela CNPO. Vale destacar duas iniciativas que buscavam maior autonomia dentro desse processo: a criação de um selo próprio para produtores por parte da Assesoar no Paraná; além de um processo de certificação direta (entre agricultores e consumidores) promovido pela Cooperativa Coolmeia, de Porto Alegre (PEREZ-CASSARINO, 2012). Nessa época houve a proposição de um projeto para Normatização e Certificação de Orgânicos no estado de Santa

---

<sup>5</sup> Conforme está sendo ressaltado aqui, o termo Agroecologia refere-se a algo muito mais amplo do que sistemas de produção e muitos autores discutem a partir dos múltiplos significados que o termo possibilita. Entretanto, foge ao escopo deste Artigo abordar em profundidade as discussões teóricas acerca do conceito, mas diferentes perspectivas podem ser encontradas em: Wezel (2009), Altieri (2009), Gliessman (2005), Caporal & Costabeber (2002), Primavesi (2003) e Brandenburg (2002).

Catarina, que acabou desencadeando uma articulação em rede como uma forma de contramovimento. A discussão no âmbito da Rede TA/Sul acabou ganhando amplitude, que culminou na formação da Rede Ecovida de Certificação Participativa em 1998. Ela surgiu, portanto, fruto desse embate, mas visando à construção de estratégias de comercialização orientados aos mercados locais (PEREZ-CASSARINO, 2012). Hoje denominada de Rede Ecovida de Agroecologia, ela se constitui como a Associação com o maior número de produtores certificados cadastrados (MAPA, 2021).

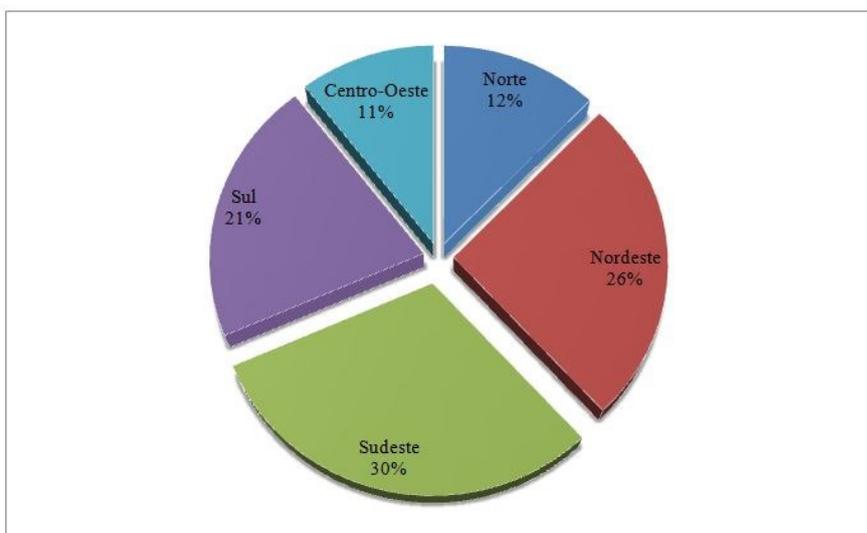
Finalmente, em 2012 é instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e o I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), de vigência 2013 a 2015. É nessas políticas que passam a estar integradas as heterogeneidades dos sistemas de produção, reconhecido como o marco histórico e legal do reconhecimento da participação do campo agroecológico na construção das Políticas (MONTEIRO; LONDRES, 2017). Mas pode-se afirmar que o fortalecimento do campo agroecológico (ALMEIDA, 2009) tem como uma de suas pedras angulares a conquista dos mecanismos de certificação participativa.

Como foi descrito aqui, o que hoje se denomina como agricultura orgânica de forma ampla, carrega em si uma trajetória bastante complexa e heterogênea; fruto, em grande parte, dos movimentos sociais do campo e da articulação dos próprios agricultores e de profissionais das ciências agrárias na busca por alternativas produtivas mais ecológicas e justas sob o ponto de vista social. Ao mesmo tempo, fica evidente que a Região Sul apresenta um forte protagonismo histórico no contexto da agricultura orgânica no Brasil; seja por meio dos movimentos sociais, das articulações em rede, ou das iniciativas de comercialização e acreditação de processos.

### **3 HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA ORGÂNICA NA REGIÃO SUL**

O Censo Agropecuário aponta que, em 2017, um total de 64.690 estabelecimentos agropecuários em todo o país declarou fazer uso da agricultura orgânica. Isso representa uma proporção de 1,28% do total de imóveis rurais brasileiros. Esse percentual, entretanto, está heterogeneamente distribuído entre as regiões. A maior parcela dos estabelecimentos com agricultura orgânica é representada pela Região Sudeste, seguida pelo Nordeste e pelo Sul (Figura 1). Juntas, essas três regiões respondem por 77% de todos os estabelecimentos rurais com uso da agricultura orgânica no país. A Região Sul apresenta, portanto, significativa relevância na produção orgânica em nível nacional.

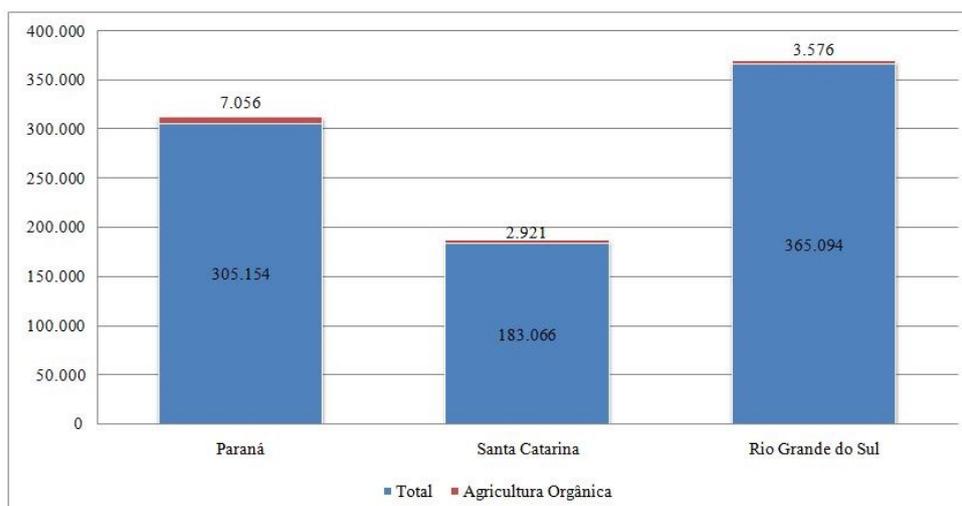
Figura 1– Distribuição regional do total de estabelecimentos com agricultura orgânica no Brasil



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

Na Região Sul, 13.553 estabelecimentos indicaram o uso da agricultura orgânica, perfazendo 21% do total nacional de imóveis rurais com essa prática. Quando se observa esses números em termos relativos ao número de estabelecimentos agropecuários na Região, o Sul ocupa também a terceira posição, apresentando uma proporção de 1,59% dos estabelecimentos. Já quando se analisa em nível estadual (Figura 2), o Paraná é quem mais se destaca tanto em termos de frequência absoluta quanto relativa, apresentando uma proporção de 2,31% do total de estabelecimentos agropecuários no Estado (7.056 imóveis rurais). Em segundo lugar em termos relativos está Santa Catarina, com 1,60% do total de estabelecimentos com uso da Agricultura Orgânica. Já o Rio Grande do Sul, apesar de destacar-se em 2º lugar em termos absolutos (com 3.576 estabelecimentos agropecuários), apresenta a menor proporção de imóveis rurais com uso da Agricultura Orgânica (0,98%).

Figura 2 – Frequência absoluta da agricultura orgânica nos três estados da Região Sul

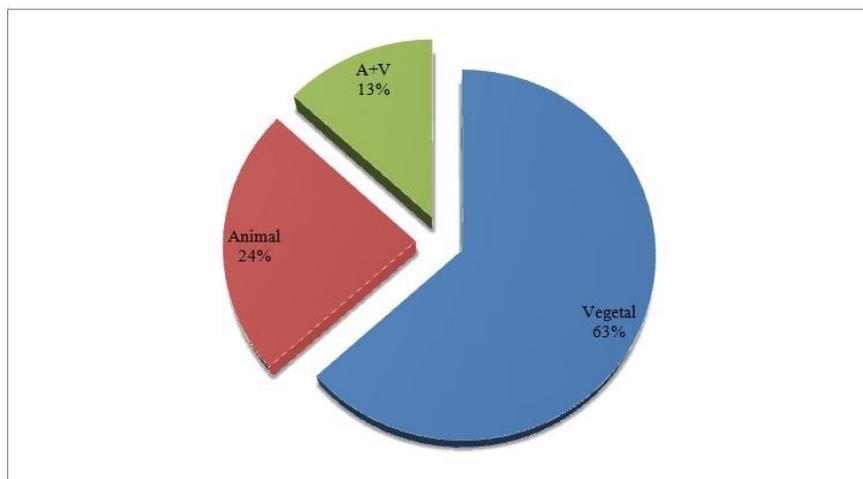


Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

Levando em consideração que as proporções de estabelecimentos com agricultura orgânica ainda são pouco expressivos tanto no Brasil quanto na Região Sul, uma questão que emerge está relacionada às motivações dos agricultores em aderirem às diferentes formas de produção orgânica. Nesse sentido, é possível mencionar algumas dimensões em termos de desafios da produção orgânica e que podem apontar indícios de ainda uma baixa adesão dos agricultores a esses sistemas. Entre eles está a exigência de processos de transição dos sistemas de produção (no caso de certificação) que não permite a comercialização até o processo final de transição (CANDIOTTO; GOMES, 2013). Podem ser citados também outros condicionantes como a maior exigência de força de trabalho, dificuldade de processamento dos produtos agropecuários, escassez de pesquisa científica e falta de assistência técnica da rede pública de Ater (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001). Além disso, os custos de certificação que associados à ausência de maior apoio público mostram-se como barreiras significativas à busca pela certificação; particularmente pelos pequenos produtores (WILKINSON, 2003).

Quando se desmembra os imóveis rurais com uso da agricultura orgânica em termos de categorias, a Região Sul é quem mais se destaca em relação à frequência relativa na produção vegetal. Isso implica, por outro lado, em uma menor expressão no que se refere à produção animal e animal associada à vegetal. Assim, dentre os estabelecimentos agropecuários da Região Sul que declararam fazer uso da agricultura orgânica, 63,3% o fazem para a produção exclusivamente vegetal, contra 23,5% exclusivamente para a produção animal e 13,16 para a produção animal juntamente com a vegetal (Figura 3).

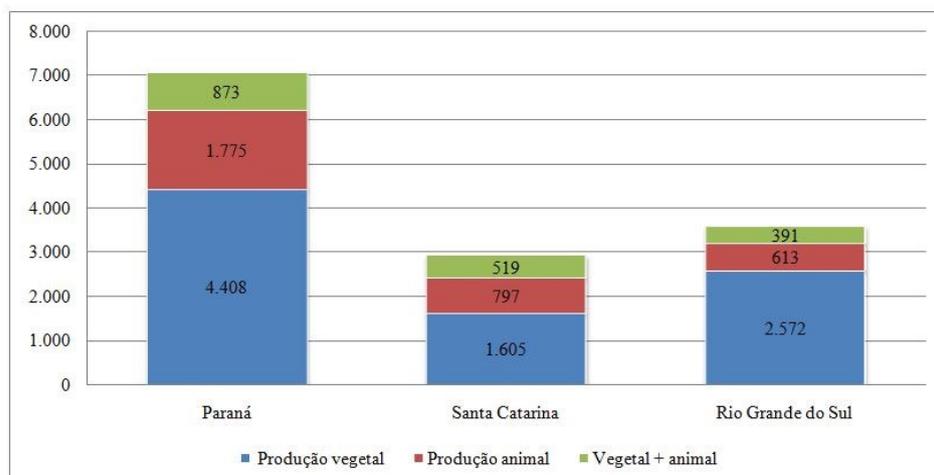
Figura 3 – Frequência absoluta das categorias de agricultura orgânica na Região Sul



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

Essa mesma tendência é evidenciada para os três estados, nos quais nota-se uma predominância (acima de 50%) da Agricultura Orgânica destinada à produção vegetal (Figura 4). Entretanto, quando se compara os Estados em termos de proporção, o Rio Grande do Sul destaca-se em termos de produção exclusivamente vegetal, com a maior proporção dentro os três estados (71,92%). Já Santa Catarina sobressai em termos de produção exclusivamente animal (27,29%), apresentando a menor desproporção entre as categorias de agricultura orgânica (animal e vegetal) dentre os três estados.

Figura 4 – Frequência absoluta das categorias de agricultura orgânica nos Estados da Região Sul



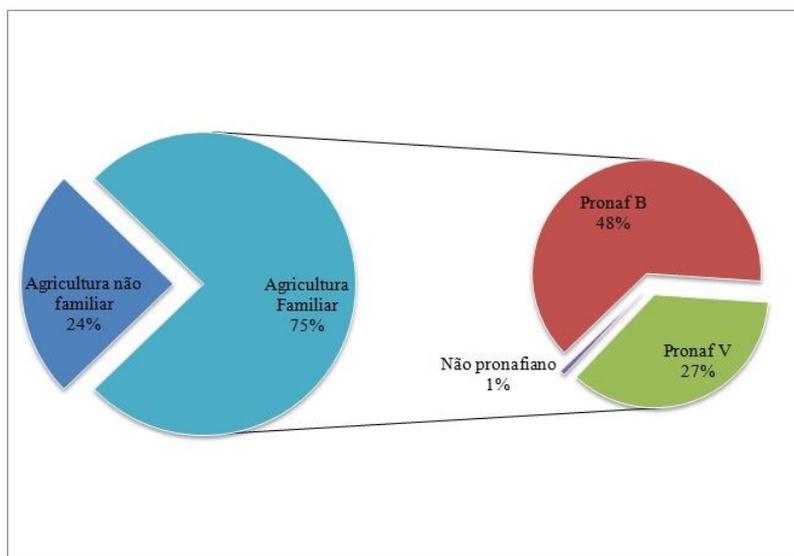
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

Do ponto de vista da produção animal orgânica, fica em evidência um maior desafio em comparação à agricultura, tendo em vista sua proporção bem menor em todos os estados do sul. Uma possível explicação para esse fato, apontada por Aguirre e colaboradores (2019), é que apesar dos custos de produção não diferirem consideravelmente em comparação com a pecuária convencional (sendo até menores em alguns casos), há uma maior dificuldade em termos de controle e de gestão na produção animal orgânica. Esses resultados são corroborados por Soares, Neves e Carvalho (2014), que argumentam que apesar dos custos de produção não serem os limitantes, há grandes desafios relacionados à baixa disponibilidade de rações orgânicas para suplementação alimentar durante o período de estiagem, bem como a dificuldade na produção de pastagens e grãos orgânicos. Esses fatores podem configurar-se como uma das possíveis explicações para a menor adesão da pecuária em comparação com a agricultura orgânica.

#### 4 PERFIL DA AGRICULTURA ORGÂNICA NA REGIÃO SUL

Os dados do Censo Agropecuário 2017 apontam que a maioria dos estabelecimentos com agricultura orgânica na Região Sul está enquadrada na categoria Agricultura Familiar (75%), conforme explicitado na Figura 5. Dentro desse grupo, a proporção mais expressiva (48%) corresponde àqueles estabelecimentos com renda bruta anual familiar de até R\$20 mil (portanto, com possibilidade de inclusão no PRONAF B). Em seguida, uma proporção menor (27%) está representada pelos estabelecimentos agropecuários com renda bruta anual familiar entre R\$20 mil e R\$360 mil (enquadrados, portanto, no PRONAF V). Por fim, uma minoria dentro da categoria agricultura familiar está incluída no grupo dos não-pronafianos (ou seja, com renda bruta familiar acima de R\$ 360 mil por ano).

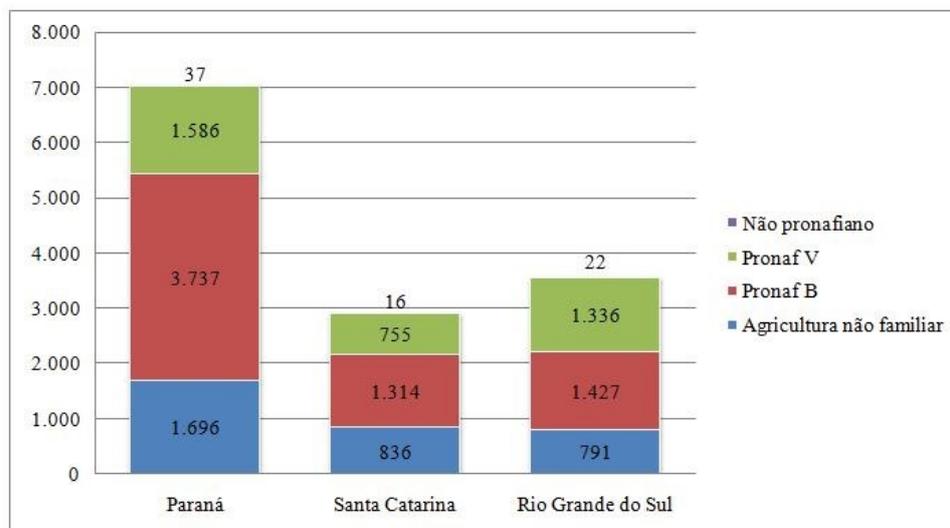
Figura 5 – Frequência absoluta da categoria Agricultura Familiar e do enquadramento no PRONAF nos estabelecimentos com produção orgânica na Região Sul



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

Quando se analisa essas categorias em termos estaduais, os dados evidenciam em todos os três estados há uma predominância da agricultura familiar nos estabelecimentos com produção orgânica (Figura 6). Nesses termos, o Rio Grande do Sul apresenta a maior proporção de estabelecimentos enquadrados na categoria agricultura familiar (77,88%), enquanto Santa Catarina apresenta a menor porcentagem dentre os estados do Sul (71,38%). Cabe notar, no âmbito da categoria agricultura familiar, que os estabelecimentos que se enquadram na categoria “não pronafianos” constituem uma pequena minoria nos três estados (não chegando a 1% em nenhum dos casos). Porém quando se observa as frequências absolutas e relativas quanto às demais faixas de renda bruta, há uma ligeira diferença entre os três estados. Enquanto o Rio Grande do Sul apresenta a maior proporção na categoria PRONAF V (47,97%), o Paraná apresenta a maior proporção de estabelecimentos enquadrados no PRONAF B (69,72%), ainda que nos três casos prevaleça a categoria PRONAF B. Isso evidencia que há uma maior concentração de estabelecimentos familiares orgânicos com renda bruta anual de até 20 mil no estado do Paraná (3.737 imóveis rurais).

Figura 6 – Frequência absoluta da categoria Agricultura Familiar e do enquadramento no PRONAF nos estabelecimentos com produção orgânica na Região Sul



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

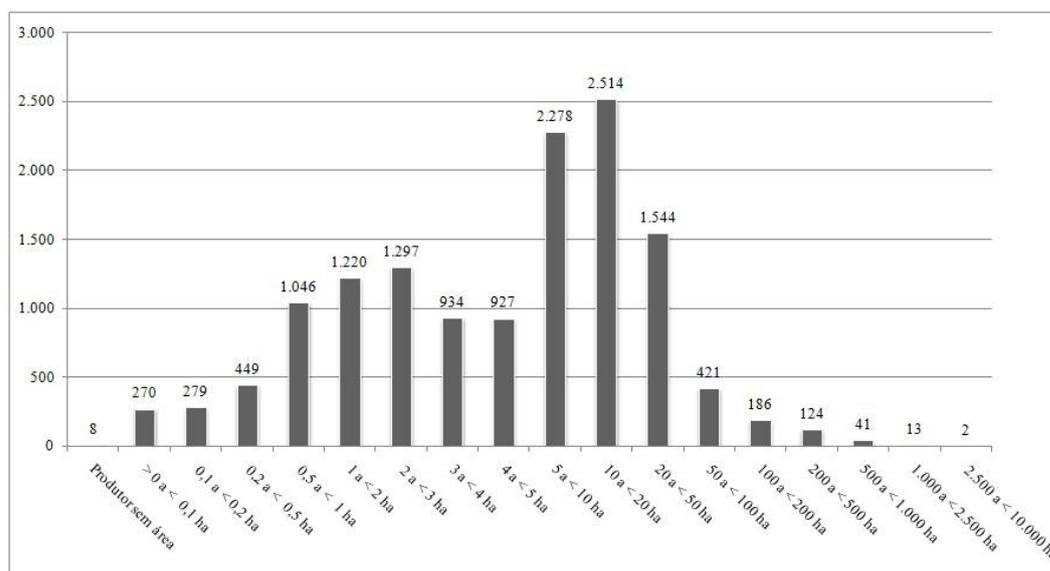
Os dados das figuras 5 e 6 corroboram a prevalência da Agricultura Familiar dentre os estabelecimentos com produção orgânica; seguindo o mesmo padrão geral dos estabelecimentos agropecuários no Brasil. Uma das expressões dessa relevância baseia-se nos valores destinados à compra de orgânicos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em 2019,  $\frac{3}{4}$  de todo o valor destinado à compra de produtos orgânicos foi proveniente da Agricultura Familiar (LIMA et al., 2019).

Diante desses dados, discute-se que a agricultura orgânica pode se configurar como uma importante geradora de benefícios potenciais (não só econômicos, mas também sociais e ambientais) para a agricultura familiar. Em primeiro lugar, a agricultura orgânica permite ampliar as possibilidades estratégicas de reprodução social da família, principalmente por poder basear-se em distintos modos de comercialização que vão desde feiras, restaurantes e Programas Institucionais até Cooperativas e lojas especializadas (SANTOS, 2020). Ademais, também possibilita a diversificação produtiva como estratégia de reprodução social uma vez que geralmente os mercados podem demandar maior diversificação de produtos no caso dos orgânicos (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001; LIMA et al., 2019). Em terceiro lugar, em alguns casos os gastos com produção são menores em comparação com os sistemas convencionais (CARMO; MAGALHÃES, 1999; AGUIRRE et al., 2019), possibilitando às famílias agricultoras não só uma maior margem de lucro, mas também de manobra na gestão de sua produção.

Os estabelecimentos agropecuários com uso da agricultura orgânica na Região Sul apresentam uma distribuição bastante heterogênea em termos de grupos de área total, conforme fica evidente na Figura 7. Ainda assim é possível afirmar que prevalecem os estabelecimentos com áreas entre 10 a menos de 20 hectares (perfazendo uma proporção de 18,5%), seguido pelo grupo de áreas entre 5 a menos de 10 hectares (16,8%), ambos com proporções muito semelhantes. O terceiro grupo de áreas mais expressivo está entre 20 a menos de 50 hectares (11,4%). A seguir, os grupos de áreas que ficam abaixo de 10% em termos de frequência

relativa, sendo eles, respectivamente: 2 a menos de 3 ha (9,6%), 1 a menos de 2 hectares (9,0%), 0,5 a menos de 1 hectare (7,7%), 3 a menos de 4 hectares (6,9%) e 4 a menos de 5 ha (6,8%). Portanto, em síntese os grupos de áreas com maior proporção encontram-se entre 5 e menos de 20 hectares (perfazendo, juntos, 35% do total de estabelecimentos com agricultura orgânica). E, ainda que haja um número relativamente expressivo de estabelecimentos acima de 20 hectares, a proporção daqueles produtores com grandes áreas (acima de 50 hectares) é muito baixa (5,8%). De forma semelhante, a quantidade de estabelecimentos com áreas muito pequenas (abaixo de 0,5 ha) é também baixa, ainda que um pouco mais expressiva (7,4%). Mais raro ainda são os produtores sem área, que correspondem a 0,1% do total de estabelecimentos com agricultura orgânica na Região Sul.

Figura 7 – Frequência absoluta dos estabelecimentos com agricultura orgânica, por grupo de área total

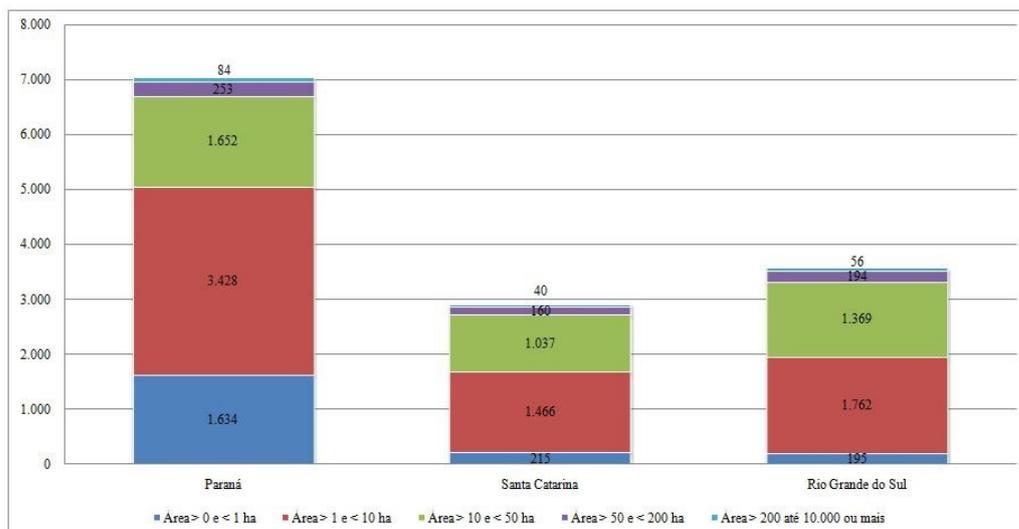


Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

Ainda que em todos os estados prevaleçam os grupos de área entre 1 e menos de 10 ha, é interessante notar que o Paraná apresenta uma grande concentração de estabelecimentos com área menor que 1 hectare (23,16%), enquanto Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam porcentagens bem menores de estabelecimentos nesse grupo de área (7,36% e 5,45% respectivamente). Nos três estados há também uma concentração bastante expressiva daqueles imóveis com área entre 10 e menos de 50 hectares, ficando o Paraná com 23,41%, Santa Catarina com 35,50% e o Rio Grande do Sul com 38,28%<sup>6</sup> (Figura 8).

<sup>6</sup>Em função do número muito pequeno de estabelecimentos em algumas categorias, alguns grupos de áreas foram agrupados para facilitar a comparação.

Figura 8 – Frequência absoluta dos grupos de área para agricultura orgânica nos Estados da Região Sul

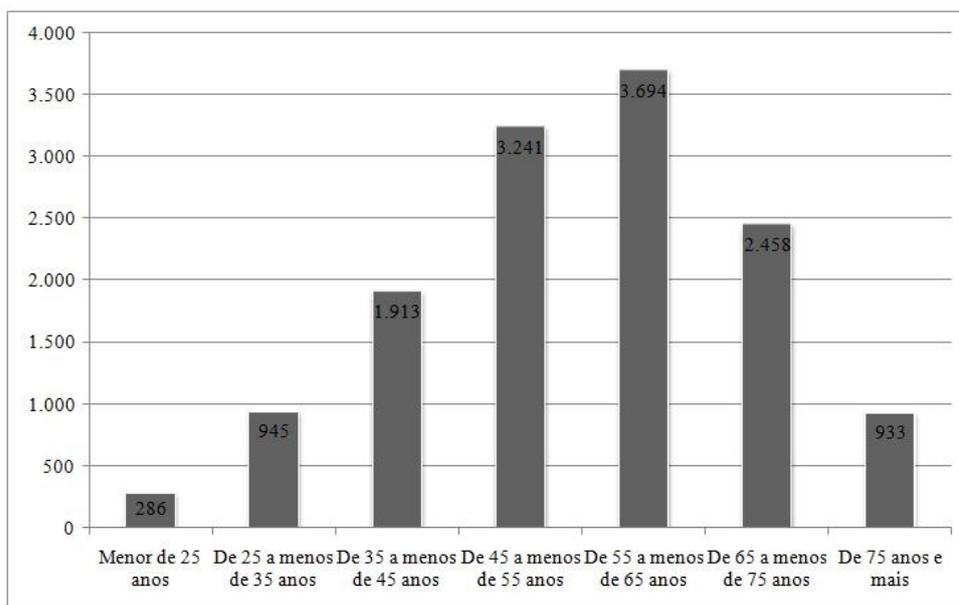


Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Os dados relacionados aos grupos de áreas para a produção orgânica não diferem da realidade brasileira no contexto da agricultura não-orgânica. Dessa forma, assim como de maneira geral há uma maior predominância de pequenas áreas, no contexto da agricultura orgânica essa dinâmica se dá da mesma forma (LIMA et al., 2021). Por outro lado, é fato que os maiores volumes de produção na agricultura orgânica estão vinculados ao cultivo de hortaliças e legumes (VALARINI et al., 2005), produtos típicos da agricultura familiar e que demandam menos áreas em comparação com culturas como cana de açúcar, café, fruticultura e grãos. Para Campanhola e Valarini (2001), o fato de a agricultura orgânica mostrar-se viável em menores áreas pode representar um potencial para agricultores com pequenas propriedades, o que facilita o manejo dos sistemas e demanda menor uso de insumos.

Em relação ao perfil dos produtores orgânicos, a análise dos dados de classe de idade de quem administra o estabelecimento evidencia que há uma elevada participação dos grupos mais idosos, em contraste com uma baixa participação dos grupos mais jovens. Como é possível perceber a partir da Figura 9, o grupo dos produtores menores de 25 anos é pouco expressivo, ocupando uma parcela de apenas 2,1% do total de estabelecimentos com produção orgânica na Região Sul. Em contrapartida, com maior frequência relativa encontram-se as classes de idade entre 35 e menos de 75 anos, sendo que os grupos de produtores acima de 65 anos ocupam, sozinhos, 25% do total de estabelecimentos com produção orgânica.

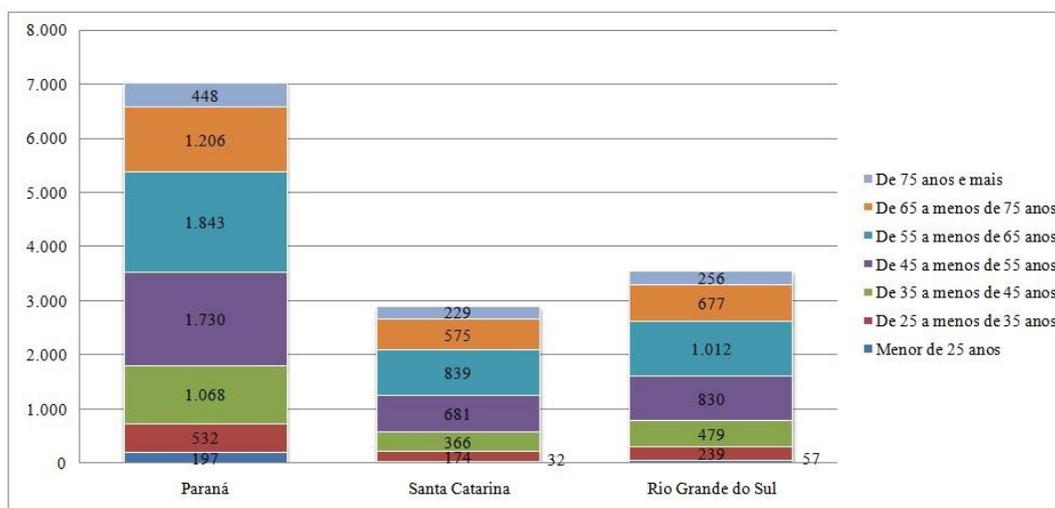
Figura 9 – Classes de idade de quem administra o estabelecimento com produção orgânica na Região Sul



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

A análise comparativa por Estados indica que todos eles apresentam uma distribuição bastante semelhante à regional, uma vez que as classes de idade com maior frequência absoluta e relativa ocorrem nos grupos entre 45 e menos de 65 anos (Figura 10). Porém, mesmo considerando os três Estados bastante homogêneos quando se compara essas proporções, é possível destacar alguns aspectos. Em relação às classes de idade abaixo de 45 anos (de 35 a menos de 45; de 25 a menos de 35; menor de 25 anos) quem mais se destaca é o Paraná, que apresenta as maiores proporções dessas três classes entre os estados do Sul (15,14%; 7,54%; e 2,79%, respectivamente). Em contrapartida, o Paraná é o estado no qual as classes de idades mais altas (de 65 anos em diante) menos se destacam em relação ao total de estabelecimentos (17,09% e 6,35%, respectivamente).

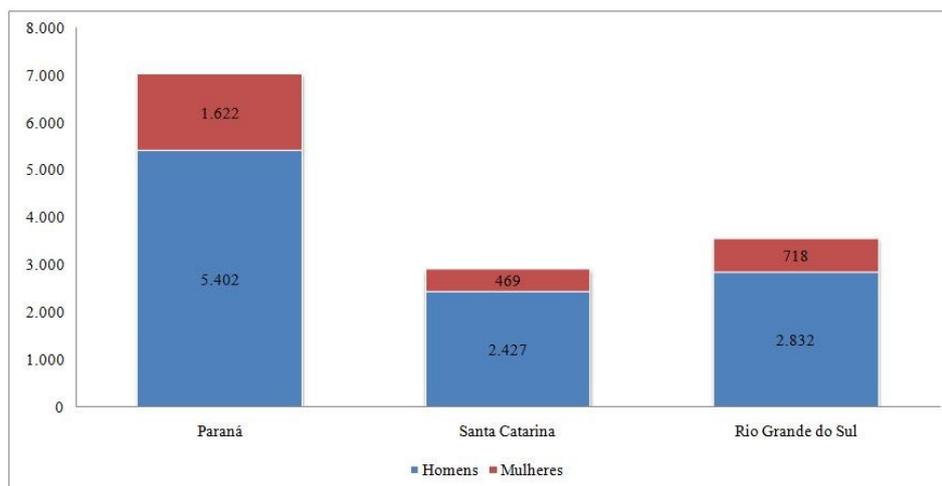
Figura 10 – Frequência absoluta das classes de idade para agricultura orgânica nos Estados da Região Sul



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

Em termos de gênero, há uma forte predominância do homem como administrador do estabelecimento. Para a Região Sul, 79% dos estabelecimentos apresentam os homens à frente da gestão. A análise por Estados (Figura 11) evidencia que nos três há a mesma tendência de prevalência de estabelecimentos administrados por homens: em todos os casos esse valor está acima de 70%. Todavia, é no Paraná que se destaca a presença de mulheres à frente do estabelecimento (23%), enquanto que em Santa Catarina o valor é o menor dentre os três Estados (16,1%).

Figura 11 – Frequência absoluta do gênero de quem administra o estabelecimento com agricultura orgânica nos Estados da Região Sul



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

Da mesma forma que para o caso dos grupos de área, os dados relacionados à idade e gênero de quem dirige o estabelecimento não diferem do contexto da agricultura não-orgânica. O mesmo pode ser dito em termos da expressividade dos jovens à frente da gestão em estabelecimentos com agricultura orgânica. Diante desse cenário, é importante considerar que isso pode estar ainda configurado como um processo de envelhecimento e masculinização do campo, o que consequentemente afeta a disponibilidade de força de trabalho disponível, particularmente nos estabelecimentos familiares (MORAES; OLIVEIRA, 2017).

Concomitantemente, diversos estudos apontam para indícios do papel relevante da mulher para processos de transição para a agricultura orgânica (KARAM, 2004; OKUYAMA et al., 2012), ou de que ela pode possibilitar um maior envolvimento da família nesses sistemas produtivos (SHULTZ; SOUZA; JANDREY, 2017). Da mesma forma, argumenta-se que sistemas de produção agroecológicos possibilitam maior protagonismo das mulheres e jovens nesses estabelecimentos (SCHMITT et al., 2020) ou até mesmo maiores possibilidades dos jovens rurais em termos de autonomia (DREBES; PASQUALOTTO; KAUFMANN, 2018). Todavia, ainda que os estudos apontem para o potencial de expansão das capacidades humanas nesses sistemas de produção, isso ainda não reflete especificamente sobre a gestão do estabelecimento, como fica evidente nos dados do Censo.

Quanto à participação social, na Região Sul a maioria dos produtores que administram o estabelecimento agropecuário não é associado a nenhuma entidade de classe (8.803 imóveis rurais, o que corresponde a 64,95% do total regional). Em contrapartida, dentre aqueles que

possuem algum tipo de participação social, destaca-se a vinculação a cooperativas (3.192 imóveis rurais), seguido por entidades de classe ou sindicatos (1.787 estabelecimentos)<sup>7</sup>. Em escala estadual essa tendência mostra-se bastante dessemelhante (Tabela 1). Enquanto o Paraná apresenta a menor expressão da participação social dentre os estabelecimentos agropecuários com produção orgânica (com uma proporção de apenas 26,7%), Santa Catarina apresenta uma proporção intermediária dentre os três estados (com 38,8%). Por outro lado, no Rio Grande do Sul a proporção entre estabelecimentos com participação social e sem participação social é bastante equilibrada (48,5% dos produtores que administram o estabelecimento é associada a alguma entidade de classe). Já uma tendência observada nos três Estados é a maior participação junto a Cooperativas em detrimento de outras entidades.

Tabela 1 – Frequência absoluta da categoria da participação social nos estabelecimentos com produção orgânica na Região Sul

Região ou Unidade da Federação	Não é associado	É associado	Cooperativa	Entidade de classe/sindicato	Associação/movimento de produtores	Associação de moradores
Sul	8.803	4.750	3.192	1.787	726	220
Paraná	5.175	1.881	1.386	453	317	74
Santa Catarina	1.787	1.134	680	585	170	40
Rio Grande do Sul	1.841	1.735	1.126	749	239	106

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

Em relação à Orientação Técnica, verifica-se que na Região Sul apenas 34,6% dos estabelecimentos agropecuários com agricultura orgânica têm acesso a algum tipo de assistência do ponto de vista técnico, representando uma minoria dentro do grupo todo (Tabela 2). Quando se analisa esses valores em termos estaduais, chama a atenção o fato de que enquanto o Paraná apresenta a menor proporção de acesso à Orientação Técnica (29,2%), o Rio Grande do Sul apresenta a maior proporção (45,8%).

Tabela 2 – Frequências absoluta e relativa do acesso à orientação técnica nos estabelecimentos com produção orgânica na Região Sul

Unidade da Federação	Orientação técnica			
	Recebe	%	Não recebe	%
Sul	4.692	34,6%	8.861	65,4%
Paraná	2.062	29,2%	4.994	70,8%
Santa Catarina	991	33,9%	1.930	66,1%
Rio Grande do Sul	1.639	45,8%	1.937	54,2%

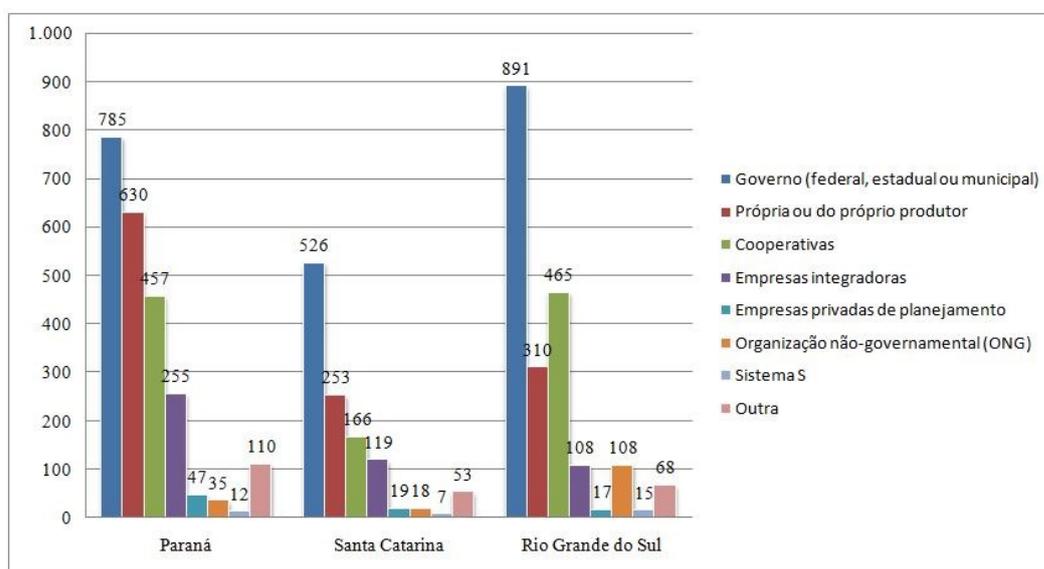
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

Especificamente em relação àqueles estabelecimentos que recebem algum tipo de assistência técnica, a Figura 12 detalha qual a origem dessa orientação em termos estaduais. É

<sup>7</sup>Tendo em vista que muitos produtores podem estar vinculados a mais de uma entidade, não é possível estabelecer quantificações exatas em termos de frequência relativa, pois há sobreposição de dados.

importante ressaltar que, assim como no caso dos dados sobre o tipo de participação social, é possível um estabelecimento estar vinculado a mais de uma entidade de Assistência Técnica; portanto não é possível estabelecer quantificações exatas em termos de propoção. Feita essa ressalva, é interessante notar que algumas variações ocorrem a nível estadual. Ainda que nos três estados predomine um maior número de estabelecimentos que recebam orientação técnica por parte do governo (seja ela municipal, estadual ou federal), no Paraná existe um número bastante expressivo de estabelecimentos que recebem orientação técnica própria (630 imóveis rurais), enquanto que no Rio Grande do Sul há uma frequência absoluta relativamente alta de estabelecimentos que recebem orientação técnica de Cooperativas (465 imóveis rurais). Em contrapartida, em todos os Estados do Sul o Sistema S se constitui como o tipo de orientação técnica que está em minoria (sendo 12 no Paraná, 7 em Santa Catarina e 15 no Rio Grande do Sul).

Figura 12 – Frequências absolutas do tipo de orientação técnica recebida nos estabelecimentos com produção orgânica nos três estados da Região Sul



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

A baixa incidência de acesso à ATER na agricultura orgânica, conforme evidenciado na Tabela 2, apresenta-se como reflexo de um processo mais amplo no país, conforme relata Lima e colaboradores (2021). De acordo com os autores, a baixa acessibilidade à Assistência Técnica e Extensão Rural é o resultado, entre outros fatores, da ausência de orçamento para essas ações. Apenas no ano de 2021 houve uma redução de 74% do orçamento destinado às ações de ATER em comparação com 2019, inviabilizando a atenção necessária a todos os produtores, incluindo os orgânicos. Ainda que esse contexto afete todos os estabelecimentos agropecuários, é na agricultura orgânica que elas potencializam processos de forma mais proeminente. Isso porque não só dão melhores condições para a expressão do protagonismo de mulheres e jovens na produção, mas possibilita processos de formação, a expansão do domínio técnico da produção, além do conhecimento sobre os processos de certificação (SCHMITT et al., 2020).

Dentro dessa lógica, um caso que merece destaque é o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos, criado em 2009 com o intuito de garantir maior acesso à certificação orgânica por parte dos agricultores no Estado. Um dos mecanismos para isso foi

justamente por meio do acesso a serviços de ATER, entendido como essencial dentro do processo, que possibilitaria maior facilidade na adequação às normas desses sistemas de produção (VRIESMAN et al., 2012). Contraditoriamente, o Paraná corresponde ao Estado com menor proporção de acesso à ATER entre os estabelecimentos orgânicos, o que lança luz sobre a importância de análises mais aprofundadas de forma a estabelecer inferências mais concretas sobre essas relações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou evidenciar a relevância da produção orgânica na Região Sul do Brasil, além de contextualizá-la a partir de sua complexa trajetória originada no movimento de agricultura alternativa. Conforme foi apontado, a trajetória dos movimentos chamados de agricultura alternativa (que posteriormente se desdobraram em um campo agroecológico mais amplo, estruturado e articulado) foi o que culminou, em última instância, na construção de políticas públicas direcionadas tanto à normatização dos chamados sistemas orgânicos de produção quanto à ações estratégicas destinadas a esses grupos de produtores (principalmente no que tange à definição dos Sistemas Participativos de Garantia). Haja vista a Rede Ecovida de Agroecologia que representa hoje a maior expressão das redes de Agroecologia na Região Sul, se constituindo como a OPAC de maior dimensão no país. Diante disso, o resgate da trajetória da agricultura orgânica na Região Sul reforça ainda mais a sua relevância em termos de agricultura orgânica, conforme apontado pelos dados do Censo Agropecuário 2017.

A análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017 evidencia que a Região Sul se apresenta como a terceira maior proporção de estabelecimentos agropecuários com produção orgânica no Brasil. Ademais, o número de estabelecimentos que fazem uso dessas práticas corresponde a uma fração considerável de todos os imóveis com produção orgânica no país. Em escala estadual, o Paraná é quem mais se destaca tanto em termos relativos quanto absolutos.

Quando se observa o uso da agricultura orgânica no que diz respeito às categorias de produção, a que mais se destaca é a produção vegetal nos três estados do Sul. Em contrapartida, a produção vegetal associada à animal representa a categoria de menor expressão em todos eles. Quanto aos grupos de área total, prevalecem aqueles estabelecimentos nos grupos de áreas entre 5 e menos de 20 hectares, sendo o Paraná o estado com a maior concentração de estabelecimentos com área entre 1 e menos de 10 hectares.

Os produtores orgânicos na Região Sul configuram um perfil no qual prevalecem fortemente os estabelecimentos enquadrados na categoria Agricultura Familiar e com renda bruta anual de até R\$20 mil. A maioria deles é gerida por homens, geralmente entre 35 e menos de 75 anos. Ademais, a maioria dos produtores orgânicos que administra o estabelecimento agropecuário apresenta reduzida participação social (não é associado a nenhuma entidade de classe) e não têm nenhum tipo de acesso à Assistência Técnica. Em contrapartida, dentre aqueles produtores que têm acesso a algum tipo de Orientação Técnica, a recebem por meio de Instituições de Governo.

Diante desse complexo cenário, a necessidade de analisar o conjunto mais amplo desses sistemas de produção em diferentes instâncias do território nacional se faz presente há bastante tempo, ainda que represente um enorme desafio. Nesse sentido, os dados do Censo cumprem

um papel essencial para pesquisa e construção de políticas públicas, pois permite apontar para evidências a respeito da agricultura orgânica no Brasil e que possibilitam construir um perfil geral desses sistemas de produção tanto em nível nacional quanto local. Fica clara, portanto, a necessidade de manutenção dessa dimensão nos próximos levantamentos, considerando inclusive a importância de ampliação dos aspectos a serem apurados, bem como refinamentos metodológicos que permitam comparações históricas entre recenseamentos consecutivos (algo que não é possível de ser feito de forma precisa na comparação entre os Censos 2006 e 2017).

## REFERÊNCIAS

ARÇÃO NASCENTE MAQUINÉ (ANAMA). **Quem somos**. Disponível em: [https://www.onganama.org.br/quem\\_somos.htm](https://www.onganama.org.br/quem_somos.htm). Acesso em: 27 ago. 2021.

AGUIRRE, A. B.; LUCCI, P. A. S.; GONÇALVES, L. D.; DOS SANTOS, E. A. Carne orgânica e convencional: um comparativo de custos. **Desafio Online**, Campo Grande, v.7, n.3, set./dez. 2019.

ALMEIDA, S. G. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, P. (Org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.p. 67-84.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **Sobre nós: história**. Disponível em: [https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia#categoria\\_img](https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia#categoria_img). Acesso em: 07 jul. 2021.

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL (ASSESOAR). **Fundação**. Disponível em: <https://assesoar.org.br/associacao-de-estudos-orientacao-e-assistencia-rural-assesoar/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DOS ORGÂNICOS (ORGANIS). **Organis apresenta crescimento do mercado brasileiro de orgânicos na Biofach eSpecial 2021**. Disponível em: <https://organis.org.br/organis-apresenta-crescimento-do-mercado-brasileiro-de-organicos-na-biofach-especial-2021/>. Acesso: 19 nov. 2021.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002.

BRASIL. **Lei nº. 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília: DOU de 24/12/2003.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtoresorganicos>. Acesso em 26. Ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Instrução Normativa nº 07, de 17 de maio de 1999**. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais.

CAMPANHOLA, C. VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, set./dez. 2001.

CANDIOTTO, L. Z. P.; GOMES, D. L. Produção, comercialização e certificação de produtos da agricultura orgânica e agroecológica no Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE DESARROLLO LOCAL; 3. 2013. Havana. **Anais...** Havana, Cuba, 2013.

CAPORAL, F. A.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.2, abr./jun.2002.

CARMO, M. S.; MAGALHÃES, M. M. Agricultura Sustentável: avaliação da eficiência técnica e econômica de atividades agropecuárias selecionadas no sistema não convencional de produção. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.29, n. 7, jul. 1999.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

DREBES, L. M.; PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P. Agroecologia e sucessão na agricultura familiar: reflexões sobre a autonomia da juventude rural. In: COLÓQUIO EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO: PERSPECTIVAS SOBRE O RURAL BRASILEIRO; 1. 2018. Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2018.

FEIRA DOS AGRICULTORES ECOLOGISTAS (FAE). **Sobre a FAE**. Disponível em: <https://feiraecologica.com.br/fae/sobre-a-fae/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

FIGUEIREDO, L. D. Produzir sem destruir: a experiência da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste (RO). In: PETERSEN, P.; DIAS, A. (Orgs). **Construção do conhecimento Agroecológico: novos papéis, novas identidades**. ANA, 2007.

FINATTO, R. A. **Redes de agroecologia e produção orgânica na Região Sul do Brasil: das intencionalidades à materialidade socioespacial**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Manual do Recenseador**: Censo Agro 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc5537.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5537.pdf). Acesso em: 05 jul. 2021.

IBGE/SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/Censo-agropecuário/Censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 05 jul. 2021.

IFOAM; FIBL. **The Word of organic agriculture**: Statistics & Emerging trends 2021. Disponível em: <https://www.fibl.org/en/shop-en/1150-organic-world-2021>. Acesso em: 15 ago. 2021.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura Orgânica e em novas Ruralidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 360. p. 303-320, jan./abr/ 2004.

LIMA, L. F.; ROMEIRO, A. R.; ABREU, L. S.; MANGABEIRA, J. A. C. Construção de uma Tipologia para a Produção Orgânica no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER); 59. 2021. Brasília. **Anais...** Brasília, ago. 2021.

LIMA, S.K. et al. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Texto para discussão, 2538. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Brasília; Rio de Janeiro, 2020.

LONDRES, F.; MARTINS, G.; PETERSEN, P. (Orgs). **Olhares agroecológicos**: análise econômico- ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

LOURENÇO, A. V. **“Praga é inseto com fome!” Entre conhecimentos e práticas**: um olhar sobre a conservação ambiental a partir de famílias agricultoras da ARPA-SUL. Porto Alegre. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.

LOURENÇO, A. V.; SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. A agricultura orgânica no Brasil: um perfil a partir do Censo Agropecuário 2006. **Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.24, n.1, jan./mar. 2017.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES, F. C.; OLIVEIRA, D. Agricultura ecológica al sur de Brasil: de alternativa a contratendencia. **Íconos. Revista de Ciencias Sociales**. n. 54, p. 87-106, Quito, ene. 2016.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Orgs). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017. p. 53-83.

MORAES, M. D.; OLIVEIRA, N. A. M. Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate**, v.3, n. 1, p. 19-37. 2017.

MOURA, I. F. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das Políticas Públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. R. et al. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil** : uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017. p. 25 – 52.

OKUYAMA, K. K.; VRIESMAN, A. K.; ROCHA, C. H.; WEIRICH NETO, P. H.; RIBEIRO, D. R. S. Estudo de caso da produção orgânica na região metropolitana de Curitiba: uma questão de gênero e a alternativa para a agricultura familiar. In: CONEX. 2012. Curitiba. **Anais...** Curitiba, jun. 2012.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. Curitiba, 2012. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

PRIMAVESI, A. M. Revisão do conceito de agricultura orgânica: conservação do solo e seu efeito sobre a água (palestra). **Biológico**, São Paulo, v.65, n.1/2, p.69-73, jan./dez., 2003.

SANTOS, T. R. **Agroecologia, certificação orgânica e agricultura familiar no contexto brasileiro**. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) - Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2020.

SCHMITT, C. J. **Tecendo as redes de uma nova agricultura**: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e o desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHMITT, C. J.; PORTO, S. I.; LOPES, H. R.; LONDRES, F.; MONTEIRO, D.; PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. **Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios**: aprendizados do Programa Ecoforte. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2020.

SHULTZ, G.; SOUZA, M.; JANDREY, W. F. Motivações e acesso aos canais de comercialização pelos agricultores familiares que atuam com produção orgânica na Região da Serra Gaúcha. **Revista do Desenvolvimento Regional (REDES)**, v. 22, n. 3, 2017.

SOARES, J. P. G.; NEVES, D. L.; CARVALHO, J. M. Produção de carne bovina em sistema orgânico: desafios e tecnologias para um mercado em expansão. In: OLIVEIRA, R. L.; BARBOSA, M. A. A. de F. (Org.). **Bovinocultura de corte: desafios e tecnologias**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2014.p. 701-725.

SOUZA, S. M. O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e sua experiência com a criação e assessoria à Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão. In: PETERSEN, P.; DIAS, A. (Orgs). **Construção do conhecimento Agroecológico – Novos Papéis, Novas Identidades**. S/L. ANA, 2007.

VALARINI, P. J.; FONSECA, M. F. A. C.; TOKESHI, H.; PRIMAVESI, A.; ABREU, L. S. Diagnóstico da agricultura orgânica no Brasil. In: REUNIÃO DE TRABALHO E SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DIFUSÃO DE RESULTADOS DO PROJETO NORMAS DA AGRICULTURA ORGÂNICA PARA IBEROAMÉRICA. 2005. Ipeúna, SP. **Anais...** Ipeúna, SP. 2005, p. 1-23.

VILELA, G. F.; MANGABEIRA, J. A. C.; MAGALHÃES, L. A.; TÔSTO, S. G. Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. **Documentos Embrapa**, n. 127. 2019.

VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (Orgs). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987. p. 63-109.

VRIESMAN, A. K.; OKUYAMA, K. K.; ROCHA, C. H.; WEIRICH NETO, P. H. Assistência técnica e extensão rural para a certificação de produtos orgânicos da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, v. 8, n. 1, p. 138-149, 2012.

WEID, J. M. V. D. **30 anos de AS-PTA: uma visão pessoal Parte I: a gênese do Projeto Tecnologias Alternativas**. 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/2013/05/13/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/>. Acesso em: 17 ago. 2021.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. **Agronomy for Sustainable Development**, n. 29, p. 503-515, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1051/agro/2009004>.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 62-87, out. 2003.